



Prefeitura Municipal  
de Nova Lima

## LEI MUNICIPAL 3.293, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

**“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE FORNECIMENTO E USO, NO ÂMBITO DO SUS, DE PRODUTOS PRESCRITOS À BASE DA PLANTA CANNABIS, QUE CONTENHAM EM SUA FÓRMULA AS SUBSTÂNCIAS CANABIDIOL (CBD) E/OU TETRAHIDROCANABINOL (THC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O POVO DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, ESTADO DE MINAS GERAIS, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica reconhecido, no âmbito do Município de Nova Lima e diretrizes do SUS, o fornecimento e uso de produtos à base de *cannabis* medicinal, assim como os produtos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias *Canabidiol (CBD)* e/ou *Tetrahydrocannabinol (THC)*, aprovadas pela ANVISA e órgãos reguladores federais.

**Art. 2º** É direito do paciente receber, gratuitamente, do Poder Público produtos nacionais e/ou importados derivados da planta *Cannabis Sativa sp*, autorizados por ordem judicial ou pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), prescritos por profissional habilitado, que fará o acompanhamento na rede municipal, e/ou em parcerias celebradas com universidades ou outras organizações não governamentais, regidos pelo Conselho Municipal de Saúde para o fortalecimento do SUS e as políticas públicas do Município de Nova Lima, atendidos os pressupostos do art. 196 da Constituição Federal de 1988.

**Art. 3º** A dispensação, controle e fornecimento dos produtos previstos nesta Lei serão realizados pelo Município, gratuitamente, no âmbito do SUS.

19/11/25 14:58:05 000750/1 Câmara M. Nova Lima



Prefeitura Municipal  
de Nova Lima

Parágrafo único. Os critérios técnicos e de ordem médica orientadores para o paciente receber os produtos de que trata esta Lei serão regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, devendo observar obrigatoriamente:

I- a prescrição médica devidamente fundamentada em laudo, com acompanhamento multiprofissional.

II- as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, tais como a RDC nº327/2019 e Portaria SVS nº 344/1998 e suas alterações;

III- protocolos Clínicos e Diretrizes terapêuticas do SUS (PCDT's) e diretrizes técnicas do Ministério da Saúde.

**Art. 4º** Para o cumprimento desta Lei, poderá o Poder Público realizar, entre outras medidas:

I - a celebração de convênios, termos de parceria e de cooperação com as organizações sem fins lucrativos representativas dos pacientes, a fim de promover, em conjunto, campanhas, fóruns, seminários, simpósios, congressos e afins para conhecimento da população em geral e de profissionais de saúde acerca da terapêutica canábica;

II - a celebração de parcerias técnico-científicas buscando o incentivo à realização de estudos e pesquisas agronômicas, etnobotânicas, antropológicas, sociológicas, pré-clínicas e clínicas, acerca dos usos terapêuticos e tradicionais da *Cannabis sp.* e de seus derivados;

III - a aquisição de produtos, preferencialmente, de entidades sem fins lucrativos, conforme previsto no art. 199, §1º, da Constituição Federal, que possuam autorização legal, administrativa ou judicial para o cultivo e a manipulação para fins medicinais de plantas do gênero *Cannabis sp.*

IV - a celebração de parcerias técnico-científicas com entidades idôneas públicas ou privadas, mas sem fins lucrativos, que promovam o desenvolvimento de produtos à base de *Cannabis* com custo reduzido para atender à demanda no âmbito do Município, decorrente desta Lei, desde que certificadas e em conformidade com exigências da ANVISA e demais órgãos federais.

**Art. 5º** O objetivo geral desta Lei é proporcionar o acesso gratuito a produtos de *Cannabis* para fins medicinais, nacionais ou importados, à população residente no Município de Nova Lima, como recurso



Prefeitura Municipal  
de Nova Lima

terapêutico a ser utilizado conforme prescrição médica e decisão compartilhada entre médico e paciente.

Parágrafo único. São objetivos específicos desta Lei:

I - promover, proteger, preservar e melhorar a saúde da população, por meio de assistência em saúde, educação permanente e pesquisas científicas relacionadas com a *cannabis sp.* que contribuam para minimizar possíveis riscos e danos associados ao seu uso terapêutico, assim como para informar suas possibilidades para o tratamento de determinadas patologias;

II - diagnosticar pacientes cujo tratamento com essas substâncias possua eficácia ou produção científica que incentive o tratamento;

III - assegurar a produção e disseminação de conhecimento científico e outras informações acerca da *cannabis* terapêutica, através do incentivo à produção de pesquisas científicas, estímulo a eventos e outros meios de divulgação de conteúdos técnico-científicos e serviços de orientação e atendimento que visem auxiliar os pacientes e seus familiares, abordando as possibilidades terapêuticas da *cannabis sp.* e derivados da *cannabis sp.*, bem como assessorando na dosagem, composição e qualidade dos produtos importados ou produzidos no país, a fim de assegurar o controle de qualidade desses produtos;

IV - acolher, diagnosticar e tratar pacientes cujo tratamento com a *cannabis* medicinal seja indicado nos termos do artigo 1º;

V - promover políticas públicas para propagar informações idôneas e fidedignas a respeito da terapêutica canábica por meio de palestras, fóruns, simpósios, cursos de capacitação de gestores e demais atos necessários para o conhecimento geral da população acerca da *cannabis* medicinal;

VI - incentivar o fomento à pesquisa e à produção de evidências científicas sobre o uso medicinal da *cannabis*;

VII - reduzir a desigualdade de acesso a produtos derivados da *cannabis*;

VIII - Atender à norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata estabelecida no art. 196 da Constituição Federal.

**Art. 6º** Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - derivados da *Cannabis sp*: quaisquer produtos, a exemplo de – mas não se limitando a – óleos, extratos, tinturas, pomadas,



Prefeitura Municipal  
de Nova Lima

cápsulas, supositórios, comprimidos, inalantes, produzidos a partir da *cannabis sp.*, cultivada organicamente e dentro de padrões sanitários previstos em Lei para cada caso específico;

II - entidades de *Cannabis* Terapêutica: associações, cooperativas, fundações, iniciativas de economia solidária, entre outros entes, devidamente registrados, que, em seu estatuto, dispõem sobre a defesa do uso terapêutico da *cannabis sp.* e trabalham orientando, acompanhando e apoiando as demandas dos pacientes por tratamento com *cannabis sp.*, inclusive lançando mão de ferramentas administrativas, jurídicas, médico-científicas e de informação para garantir o exercício do direito à saúde e de acesso desses pacientes que necessitam de tratamento com *cannabis* terapêutica, visando curar e/ou amenizar os sintomas de suas patologias e promovendo sua qualidade de vida;

III - responsável Legal: pessoa física designada em estatuto, contrato social ou ata de constituição, incumbida de representar a pessoa jurídica, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais;

IV - responsável técnico: profissional de nível superior legalmente habilitado pelo respectivo conselho profissional para exercer a responsabilidade técnica pela atividade que a pessoa jurídica e/ou entidades de *cannabis* terapêutica realizem na área relacionada à produção de derivados da *cannabis sp.*;

V - profissionais da Área de Atenção à Saúde: São os profissionais das seguintes áreas de conhecimento, conforme normas do Conselho Nacional de Saúde: Assistência Social, Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional.

**Art. 7º** O Poder Público Municipal incentivará os profissionais locais da área de saúde a se capacitarem e a oferecerem atendimento aos pacientes que necessitem e optem pela *cannabis* terapêutica, prescrevendo e acompanhando os seus tratamentos.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá criar uma Comissão Técnica Municipal de acompanhamento, composta por representantes do Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, profissionais da saúde, pesquisadores e usuários, com função consultiva e fiscalizatória.



Prefeitura Municipal  
de Nova Lima

**Art. 8º** O Poder Público Municipal poderá buscar a celebração de convênios, termos de parceria e de cooperação com entidades devidamente certificadas de *cannabis* terapêutica, objetivando:

I - produzir informações sobre o potencial e as possibilidades terapêuticas da *cannabis sp.*;

II - promover eventos com a finalidade de difundir o conhecimento científico;

III - prestar assessoria e oferecer capacitação de profissionais da área de saúde para o acompanhamento do tratamento dos pacientes.

**Art. 9º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

**Art. 10.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, garantindo a participação do Conselho Municipal de Saúde.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lima, 19 de novembro de 2025.

JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL